



1 ATA DA REUNIÃO Nº 040 (nº 01/2015) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO -
3 CAU/PR, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2015, NO
4 PLENÁRIO DA SEDE DO CAU/PR, NA CIDADE DE
5 CURITIBA-PR.
6

7 Aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Sala João
8 Batista Vilanova Artigas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, localizado na
9 Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2.530, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão
10 Ordinária nº 040/2015 (01/2015), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e
11 Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu,
12 Arquiteta e Urbanista, Mônica de Lacerda Gomara - Assistente de Plenária do Conselho. A
13 Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e
14 Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE**
15 **BICALHO DE LACERDA, GIOVANNI GUILHERMO MEDEIROS, IDEVAL DOS SANTOS FILHO, IRÃ**
16 **JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA**
17 **SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL**
18 **GIMENEZ GONÇALVES e RONALDO DUSCHENES.**.....

19 Participaram, ainda, da presente Sessão, o Conselheiro Suplente, Arquiteto e Urbanista
20 **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES**, bem como o Conselheiro Federal **MANOEL DE**
21 **OLIVIERA FILHO.**.....

22 Ficam justificadas, de acordo com o parágrafo único do Artigo 25 do Regimento Interno do
23 CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos e Urbanistas **ANÍBAL VERRI JUNIOR e**
24 **CAROLINE SALGUEIRO DA PURIFICAÇÃO MARQUES FENATO.**.....

25 Presentes, também, nesta Sessão, os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de
26 Comunicação, Antonio Carlos Domingues da Silva; a Assessora Jurídica, Cláudia Cristina
27 Taborda Dudeque; a Secretária da Presidência, Paula Andrea Meira; o Assistente Técnico,
28 Kevin Luiz Marques; e eu, Assistente de Plenária, Mônica de Lacerda Gomara.

29 **I QUÓRUM** - Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
30 Regimento Interno do CAU/PR, Art. 62, o Sr. Presidente reeleito JEFERSON DANTAS NAVOLAR
31 declarou aberta a presente Sessão, com os itens a seguir:.....

32 **II REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As novas Comissões de trabalho deverão ser compostas na
33 presente Reunião, conforme Pauta do Dia e Regimento Interno.....

34 **III ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, aos Conselheiros da Gestão 2011/2014,
35 com abstenção dos novos Conselheiros, bem como do Conselheiro Suplente IDEVAL DO
36 SANTOS FILHO, foi aprovada a Ata correspondente a Sessão Ordinária nº 038 (12/2014) de
37 12/12/2014.

38 **IV PAUTA:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião
39 Ordinária nº 40, Primeira Reunião Ordinária de 2015 do CAU-PR, sem Extrapauta.

40 **V ORDEM DO DIA:**

41 **1 Palavra do Presidente: Falecimento do Pintor Paranaense Ruben Esmanhotto;**
42 **Apresentação de Pauta.**.....

43 Antes do pronunciamento do Presidente, o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES
44 comunica à Plenária o falecimento do Pintor paranaense Ruben Esmanhotto. Diante o fato, o
45 Presidente reeleito JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita que se registre o envio de
46 condolências à família do artista. A seguir, apresenta as considerações sobre a Pauta



47 colocada em tela, lembrando que, quanto a composição das Comissões permanentes, elas
48 são aprovadas na primeira Plenária do ano, tendo seus Coordenadores mandato de um ano.
49 E cita: “É bom lembrar a importância destas Comissões. No primeiro mandato, algumas delas
50 ficaram mais fortes que outras, então, o que gostaríamos de propor ao Plenário é que haja
51 mais equilíbrio, e que todas possam ficar fortalecidas”. Assim, apesar de não ser regimental,
52 propõe à Plenária que se aprove alguns critérios para a composição das Comissões: 1)
53 fortalecimento das Regionais - são seis Regionais instituídas, que devem estar representadas
54 nas Comissões; 2) que o Plenário acorde em que o Conselheiro Titular assumo o limite
55 imposto pelo Regimento de até duas Comissões; 3) aprovação das Coordenações das
56 Comissões com um Conselheiro de segundo mandato, devido a experiência e metodologia,
57 visto que podem promover agilidade ao andamento dos trabalhos. A seguir, apresenta a
58 composição das 5 (cinco) Comissões do CAU/PR com as manifestações dos Conselheiros,
59 segundo a Lei 12.378/2010, que deve ser colocada hoje para aprovação, solicitando aos
60 Coordenadores de Comissão do primeiro mandato que esclareçam ao Plenário as
61 atribuições/trabalho desenvolvidos pelas mesmas.....

62 **2. Relato das Comissões.....**

63 **2.1 Relato da Comissão de Ensino e Formação (CEF).....**

64 Por solicitação do Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, o Conselheiro CARLOS HARDT
65 esclarece aos novos Conselheiros a prática das Reuniões das Comissões e Plenárias. Cita que
66 as Comissões se reúnem pela manhã, quando emitem pareceres sobre os processos, e que
67 estes são repassados ao Plenário, no período da tarde, para deliberação: “Portanto, a
68 Comissão tem um papel relativamente limitado. Também é importante colocar que, para
69 emissão dos pareceres, as Comissões devem ter um quórum mínimo, razão pela qual é
70 importante que os Suplentes participem”. A seguir, o Conselheiro passa a relatar sobre
71 algumas das atividades desenvolvidas pela sua Comissão, exemplificando: 1) convalidação
72 dos Diplomas de Graduação, para registro no CAU - exigências concernentes - e suas
73 consequências no exercício profissional; 2) apostilamento dos cursos de Especialização; 3)
74 criação do Fórum de Coordenadores de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - duas
75 reuniões anuais, com o apoio do CAU/PR para custeio do deslocamento e hospedagem dos
76 Coordenadores do interior do Estado; 4) episódio de apresentação de um Diploma falso, de
77 uma faculdade de São Paulo, analisado pela Comissão e encaminhado aos devidos órgãos
78 competentes; 5) o caso peculiar, no Estado do Paraná, da Universidade da América Latina -
79 UNILA, Foz do Iguaçu - em que sua proposta de ensino difere das demais faculdades de
80 Arquitetura e Urbanismo, por sua tentativa de integrar os países da América Latina,
81 fundamentalmente da América do Sul. Em seu regimento, explica o Conselheiro, há a
82 observação de haver 50% (cinquenta por cento) de alunos estrangeiros, apesar de ser uma
83 Instituição 100% (cem por cento) brasileira. O seu currículo pode conter outras disciplinas
84 que não as do currículo brasileiro, mas não menos do que o exigido por este: “O que a
85 Comissão trabalha de uma forma diplomática para não haver *choque*, já que há uma
86 resistência muito grande quanto às exigências brasileiras, porque a própria Instituição
87 apresenta-se como uma Universidade diferente”; e 6) exigência, ainda sem o pleno
88 cumprimento, do cadastro dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo junto ao SICCAU: “Há m
89 percentual muito grande de Cursos que não completaram o cadastramento, até porque o
90 encaminhamento dos dados dos formandos, anteriormente ao CAU, eram feitos pelas
91 próprias Instituições. A partir da instauração do CAU, uma Resolução exige que essa
92 atribuição/responsabilidade seja do Arquiteto e Urbanista. E isso, muitas vezes, é visto com



93 certa resistência pelas Instituições, porque algumas delas têm dificuldades devido às novas
94 atribuições dadas ao profissional contratado como professor/coordenador. O Conselheiro
95 explica que a UNILA coloca, inclusive, que o Coordenador do Curso de Arquitetura e
96 Urbanismo não precisa ser Arquiteto e Urbanista. E, segundo informações, ainda defende
97 que o cargo seja ocupado por uma Socióloga. Para finalizar, o Conselheiro aponta a
98 veiculação de um boletim mensal de notícias de interesse dos Coordenadores de Curso, com
99 abrangência Estadual. Com a palavra aberta, sem manifestações, o Presidente JEFERSON
100 DANTAS NAVOLAR agradece o relato, passando a Comissão subsequente.-----

101 **2.2 Comissão de Exercício Profissional (CEP).**-----

102 Sobre a atuação desta Comissão, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO destaca que
103 baseia-se em dois temas fundamentais: os assuntos burocráticos e os assuntos propositivos.
104 Quanto ao primeiro, esclarece que os membros da Comissão analisam processos e fazem
105 pareceres sobre temas que surgem no Conselho, relativos ao Exercício Profissional:
106 “Contamos com uma equipe de retaguarda de profissionais do CAU, que trazem os processos
107 já com os devidos pré- pareceres, que a Comissão analisa rapidamente. Nestes três anos
108 foram dezenas de processos, mas nunca houve grande acúmulo”. Salaria, ainda, três tópicos
109 de destaque sobre as atribuições profissionais: os Projetos de Lei - PLs - de criação de
110 profissões, cujas atribuições já estão definidas pela Lei do CAU (por exemplo, o PL dos
111 *Designers*); o Regime Diferenciado de Contratações - RDC - que tramita no Congresso
112 Nacional e tem como objetivo a exclusão do Projeto Executivo nos contratos para execução
113 de Projetos e Obras do Governo; e as Tabelas de Cálculos de Honorários, visto que “esta é
114 uma batalha importantíssima, que cabe a nós um aprofundamento e decisão séria em
115 relação a honorários profissionais”. Acerca dos temas propostos para debate na Comissão, o
116 Conselheiro aponta, por exemplo, as concessões feitas para o processo licitatório para o
117 Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, “o Governo Federal tinha um Projeto de aeroporto
118 feito por uma equipe de profissionais Arquitetos, apenas com Projetos Complementares, no
119 valor de vinte e cinco milhões de reais. Isto, a quatro anos atrás. E o que resultou? Num
120 terminal construído às pressas, que não tem uma linguagem, que não tem o que nós
121 entendemos como Arquitetura para o seu papel social, cultural e representativo do ideal de
122 um País. Então, esse é só um outro aspecto, a rejeição àquilo que está bem feito, contratado,
123 que nós todos pagamos e que foi, claramente, pressionado pelo conjunto dos participantes
124 da licitação, para que esse item fosse eliminado”. Assim sendo, coloca que, no seu pensar, a
125 Comissão teve avanços durante os três anos, mas ainda tem muito a fazer, pela frente. Em se
126 tratando da questão da promoção e comunicação, o Conselheiro assinala que a Comissão
127 tem como responsabilidade esclarecer o papel do profissional Arquiteto e Urbanista para a
128 sociedade como um todo e para as Instituições públicas : “Nesta área, há enormes espaços
129 para que se avance e que nós nos façamos entender, quer dizer, quem somos, o que
130 fazemos, qual a importância, a diferença que o Arquiteto faz. [...] Quase dez mil profissionais
131 do Paraná ficam na expectativa dessa visibilidade, do que uma entidade de interesse de
132 todos os profissionais pode promover. Então, isso é uma coisa que bate direto no conjunto
133 dos profissionais que estão atuando nas diferentes áreas públicas e privadas do mercado”.
134 Para concluir, o Conselheiro destaca que o CAU/PR sempre se manteve como um “agente
135 provocador, em posição de vanguarda, na maioria dos temas”, mas que, nesta segunda
136 gestão, é importante que as discussões sejam levadas ao patamar de onde “as coisas
137 aconteçam”. Sem manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o
138 relato, encerrando a presente Comissão.-----

**139 2.3 Relato da Comissão de Atos Administrativos (COA)-----**

140 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS destaca que o trabalho da Comissão
141 fundamenta-se no aspecto gerencial do desenvolvimento das atividades do Conselho, onde
142 uma das principais atividades estabeleceu-se pela elaboração do Regimento Interno. Registra
143 ainda que, nesta Comissão, são apresentados todos os informes relacionados às Regionais:
144 quantidade de atendimentos, relacionamento profissional/SICCAU, etc. As atividades
145 relativas ao Concurso Público do CAU/PR, cita o exemplo, ainda estão sendo desenvolvidas
146 junto à esta Comissão, “antes na organização, agora na finalização e contratação. Então,
147 trabalha dentro dos recursos humanos e deslocamento das atividades, treinamentos;
148 trabalha na condição organizacional, regimental, deliberações, portarias, nomeações,
149 informes”. A extensão destas atividades, além Conselho, nota-se no trabalhado desenvolvido
150 junto às Prefeituras e órgãos públicos, principalmente na nomeação de cargos ofertados aos
151 Arquitetos e Urbanistas e observância dos honorários profissionais. Ao que o Presidente
152 JEFERSON DANTAS NAVOLAR acresce que, sobre o Concurso do CAU/PR, a prioridade para o
153 primeiro semestre, é a contratação e as definições de relação com os novos funcionários:
154 “Nós aprovamos já o Plano de Cargos e Salários, estamos com a Comissão interna e o
155 Plenário tem que estar representado, pois este é um processo de admissões e também de
156 demissões. Serão seis meses complexos”. Assim, com a palavra aberta, sem manifestações, o
157 Presidente agradece o relato, passando à próxima Comissão.-----

158 2.4 Relato da Comissão de Ética Profissional.-----

159 O Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA expõe que a Comissão analisa as denúncias
160 éticas, sites de venda de projetos prontos, litígios entre contratantes e profissionais, horas
161 trabalhadas, Tabela de Honorários e afins, de acordo com o Código de Ética elaborado pelo
162 CAU - impresso no Caderno distribuído aos profissionais - fundamentados também na Lei
163 12.378/2010 e nas Resoluções que acrescentam ou alteram algum item às Deliberações
164 feitas. O Conselheiro explica que algumas das matérias sobrepõem os temas das demais
165 Comissões, que trabalham em parceria para o seu desenvolvimento: “O número de processos
166 é grande, existem muitas denúncias, e é um trabalho árduo”. Cita que algumas propostas
167 foram colocadas ao Plenário para diminuir o fluxo de processos dentro da Comissão e que
168 alguns textos, basicamente, são respostas-padrão para as ocorrências. Neste sentido,
169 expressa que há uma série de sugestões colocadas, mas que a Comissão tem muito trabalho,
170 visto a crescente demanda e os encargos pendentes do primeiro mandato.
171 Complementando, o Conselheiro Titular IDEVAL DOS SANTOS FILHO lembra que muitas
172 denúncias são anônimas, mas mesmo estas devem estar respaldadas por alguma
173 documentação para que a Comissão possa dar andamento ao processo. Daí o interesse e
174 sugestão de que o próprio SICCAU possa fazer esta filtragem. Com a palavra aberta, sem
175 manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato da Comissão.-----

176 2.5 Relato da Comissão de Finanças.-----

177 Devido à ausência dos demais membros da Comissão, o Presidente JEFERSON DANTAS
178 NAVOLAR lembra ao Plenário que, na última Plenária, deliberou-se algumas alterações no
179 Regimento Interno do CAU Paraná. Nele, há agora um Artigo exclusivo que trata sobre as
180 atribuições do Conselheiro Federal e outro que define as assinaturas das folhas de despesas.
181 E explica: “Antes, segundo o Regimento Geral do CAU/BR, no qual o Regimento Interno do
182 CAU/PR se espelhava, quem assinava a folha de despesas junto com o Presidente era o
183 Coordenador da Comissão de Finanças e achávamos, até certo ponto, razoável, natural. Mas
184 depois, refletindo um pouco mais, e o Plenário também entendeu assim, achamos que o



185 Conselheiro tem que, além de fiscalizar os seus atos, participar do planejamento da Comissão
186 de Finanças e, se possível, corrigi-los quando equivocados. Se o próprio Coordenador é o
187 segundo assinante da folha, essa perspectiva de fiscalização e leitura crítica se perde. Desta
188 forma, instituímos como Gerente Geral do CAU/PR o seu Assistente Financeiro, Nilto Roberto
189 Cerioli, que vai acumular as duas funções. De outro modo, o Coordenador da Comissão de
190 Finanças deve fazer o planejamento dos gastos a serem aprovados em Plenária, além de
191 fiscalizar os atos da Gerencia. E esta mudança está consolidada no Regimento Interno do CAU
192 Paraná, aprovado desde a última Reunião Plenária”. A seguir, discorre sobre os aspectos
193 financeiros do CAU/PR, de um modo geral, citando que, atualmente, há um saldo de,
194 aproximadamente, dez milhões de reais em caixa. Destaca, assim, que parte deste montante,
195 deriva do primeiro repasse do CREA ao CAU - que, por força de Lei, previa que 90% (noventa
196 por cento) da arrecadação do ano de 2011 deveria ser repassado ao CAU/BR para instalação
197 do Conselho - e outra parte origina-se da economia dos anos subsequentes, visto o CAU
198 trabalhar inicialmente, segundo o Presidente, “com uma hipótese absolutamente
199 imponderável de arrecadação”. E complementa, “a Lei do CAU é clara, os Conselhos são
200 autossuficientes ano após ano. Não podemos pagar os salários, por exemplo, de 2015, com
201 recursos oriundos de 2014. Assim, todo *superávit* registrado no fim do ano fiscal só serve
202 para bem de capital. Temos, também, por força de normativas, um limite de até 50%
203 (cinquenta por cento) para gasto em salários e encargos”. O Presidente informa, ainda, que
204 durante o processo de transição, devido ao Concurso Público, o CAU/PR tem uma reserva de
205 três meses para duplicidade de salários, para a custeamento dos funcionários atuais e
206 concursados. As demais restrições financeiras, explica, são impostas pela Comissão de
207 Finanças do CAU/BR, tais como as porcentagens a serem gastas, de acordo com as estratégias
208 de ação. A seguir, o Presidente comenta sobre o Plano Orçamentário de 2015, já aprovado
209 em Plenária: “Depois de aprovado, o mesmo é encaminhado ao CAU/BR, que nomeia o
210 relator da Comissão de Finanças para que analise e dê seu parecer sobre o Plano do
211 CAU/UF”. E, considerando-se as previsões econômicas do País para 2015, bem como a análise
212 da Assessoria Financeira do CAU/PR, o Presidente destaca que é provável uma queda na
213 arrecadação do primeiro semestre deste ano, motivo este que o leva a propor ao Plenário
214 que autorize a Comissão de Finanças do CAU Paraná a fazer uma redução na aplicação do
215 Plano de Despesas, aprovado para 2015: “Todos os valores devem ser, literalmente,
216 cortados, quando possível, em 25% (vinte e cinco por cento). Uma atitude preventiva que
217 possa, a cada Plenária, ser revista”. Lembrando, para tanto, que o Plano Orçamentário
218 aprovado prevê, aproximadamente, o valor de R\$ 7.900.000,00 (sete milhões e novecentos
219 mil reais) para as despesas do ano. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular NESTOR
220 DALMINA indaga se o Conselho não corre o risco de tornar o seu próprio Plano Orçamentário
221 inexecutável, devido a este corte, e se o mesmo considera algum “realinhamento”, caso
222 necessário. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR afirma que há a possibilidade
223 de reformulação e que, a partir da aprovação do Plenário, o Assessor Financeiro Nilto
224 Roberto Cerioli, com a participação da Comissão de Finanças, pode fazer uma análise geral
225 das consequências desta redução para ser apresentada na próxima Plenária, com o intuito de
226 prosseguir nesta ação. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT manifesta-se, concordando com
227 o procedimento, desde que se aprove “um indicativo” de redução geral de 25% (vinte e cinco
228 por cento) e, a partir daí, seja avaliada cada uma das “rubricas” dentro das necessidades de
229 funcionamento do Conselho, para o estabelecimento ou realinhamento do mesmo. Sobre as
230 despesas com o pagamento de funcionários, O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS



231 ZANELATTO GONÇALVES indaga se é possível uma reformulação/cortes nas folhas de
232 pagamento do Conselho, ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que “as
233 folhas de pagamento, encargos e aluguel são despesas fixas” estando excluídas da redução.
234 Assim, é aprovado o “indicativo” de redução de 25% no Plano Orçamentário, sujeito a análise
235 da Assessoria Financeira do CAU/PR, a ser deliberado na próxima Reunião Plenária. O
236 Presidente lembra que um dos Planos de Ação para este ano é a ampliação do Escritório
237 Regional de Cascavel, cujas instalações já não comportam a sua demanda: “Foi o primeiro a
238 ser implantado no Estado e é a segunda Regional em arrecadação”. Para tal, solicita ao
239 Conselheiro Titular NESTOR DALMINA que auxilie na pesquisa de um imóvel que seja
240 compatível às atividades do Conselho, na Região de Cascavel. O que é acordado por todos,
241 encerrando o relato da Comissão de Finanças.

242 **3 Composição Comissões Permanentes; Mandato dos Coordenadores.**.....

243 No que se refere à composição das Comissões, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
244 apresenta a proposta para a composição das mesmas (Anexo I), segundo consulta de
245 interesse aos Conselheiros. A única mudança ocorrida da versão em tela é a do Conselheiro
246 Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA, como Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, em
247 substituição ao Conselheiro Suplente LUIZ BECHER. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT
248 indaga ao Presidente se não há problema em o mesmo fazer parte da Comissão de Finanças,
249 enquanto Presidente do CAU/PR, visto “estar autorizando as despesas e depois estar
250 fiscalizando sua própria assinatura”. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
251 lembra que a sua participação nesta Comissão tem como objetivo prioritário contribuir com o
252 planejamento financeiro do CAU/PR. O Conselheiro Titular GIOVANNI GULHERMO MEDEIROS
253 indaga se ele pode atuar dentro da Comissão, independente do seu Suplente comparecer, ou
254 não. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que há exigência de
255 titularidade para efetivação das Comissões, que é regimental. O objetivo é que os trinta e
256 dois Conselheiros possam participar efetivamente das atividades do Conselho. O Conselheiro
257 Titular ANDRÉ LUIZ SELL parabeniza a proposta, citando que “é uma das ideias mais
258 sensacionais, porque aborda justamente a questão da titularidade, onde Titular ou Suplente
259 passa a ser apenas um título, mas na prática todos terão conhecimento e participação
260 integral”. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO indaga se os Conselheiros Suplentes,
261 neste caso, terão direito a receber diárias, em virtude de muitos serem de outras cidades do
262 Estado. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR responde que sim. Também o
263 Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES indaga como é o processo
264 em que participam os Conselheiros Titulares e Suplentes nas Reuniões Plenárias, de Comissão
265 e Câmaras Técnicas no interior do Estado, ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
266 explica que o Conselheiro terá o suporte financeiro para participar das reuniões de
267 Comissões, desde que se atenda ao regulamento onde se estabelece que, na presença do
268 Conselheiro Titular, o Suplente não recebe diária: “A participação é livre, mas não pode haver
269 os dois benefícios financeiros. Na reunião de Comissões, convocaremos o Titular, que deve
270 declarar sua impossibilidade de uma das participações, se a ele convier, para convidarmos o
271 seu Suplente à Comissão. Por outro lado, nas reuniões de Plenária, se o Titular estiver
272 participando, o Suplente também pode estar presente, porém, sem direito à diária”. Por fim,
273 o Presidente faz a leitura dos membros das Comissões e seus Coordenadores - com mandato
274 de um ano - colocando em votação a sua aprovação. E a matéria é aprovada por
275 unanimidade.

276 **4 Assessoria Parlamentar.**.....



277 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra aos Conselheiros que o primeiro mandato
278 contou, nos primeiros meses do mandato, com a Assessoria Parlamentar do Conselheiro
279 JOÃO CARLOS DIÓRIO. Assim sendo, para a nova gestão, o Presidente propõe ao Plenário a
280 indicação do ex-vereador de duplo mandato, Conselheiro Titular NESTOR DALMINA que vem
281 representando a Regional de Cascavel: “Eu consultei a ele se poderia nos ajudar a recompor
282 essa Assessoria Parlamentar com a responsabilidade de, não só, sensibilizar os legisladores
283 que têm mandato, mas talvez o mais difícil e mais importante, sensibilizar alguns Arquitetos e
284 Urbanistas a candidatarem-se, tanto às Câmaras Municipais, quanto à Assembleia
285 Legislativa”. Com a palavra, o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA reafirma sua experiência
286 em dois mandatos municipais na cidade de Cascavel, expressando sua percepção quanto ao
287 trabalho realizado: “Para o profissional Arquiteto e Urbanista é muito *sofrido*, de repente, um
288 vereador leigo entra com uma emenda no Plano Diretor e, infelizmente, por motivos
289 diversos, acaba passando. Mesmo você estando lá e argumentando o contrário.
290 Especialmente se não há quem possa fazer a defesa técnica. Eu acho o trabalho muito
291 importante, mas não é para uma só pessoa. Acho que deveríamos incentivar os colegas,
292 inclusive para disputar eleições e, quem sabe, em 2018, o próprio CAU tenha um
293 representante como Deputado Estadual. A Ordem dos Advogados tem 50% (cinquenta por
294 cento) de representantes no Congresso Nacional. Na realidade, é um trabalho de extrema
295 importância, e a minha ideia é de que todos possam contribuir. Não deve ser um trabalho só
296 meu. Acho importante saber visitar, pedir espaço na Assembleia, falar do CAU às Prefeituras,
297 Instituições, estabelecer convênios”. Neste sentido, o Presidente JEFERSON DANTAS
298 NAVOLAR coloca a responsabilidade do Conselho Estadual em dar o suporte necessário às
299 ações do Conselheiro e reafirma a importância dos profissionais a filiarem-se aos partidos
300 políticos, contribuindo na construção de pautas voltadas às atividades dos Arquitetos e
301 Urbanistas. O Conselheiro Titular IDEVAL DOS SANTOS FILHO propõe, pela relevância do
302 tema, que o Conselho encontre uma possível forma de atuação das Câmaras Técnicas junto
303 às Câmaras Municipais, visto que devem englobar, tanto profissionais de área, quanto
304 instituições regionais: “Podemos levar às Câmaras uma proposta de assessoramento às
305 intenções de alteração nos Planos Diretores, especificamente ao que se refere a área da
306 Arquitetura e Urbanismo”. Complementando, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS
307 coloca que o CAU deveria ter representatividade, também, junto às Secretarias de
308 Planejamento Municipais que, a seu ver, muitas vezes são formadas por leigos: “Eu vejo que
309 não tem participação efetiva, são representantes do comércio, da sociedade, mas que, não
310 necessariamente, tratam do Planejamento Urbano. Então, acredito que o CAU poderia
311 encabeçar um pedido de nomeação de Arquitetos e Urbanistas nestas comissões. Lembrando
312 que, com as nossas Câmaras Técnicas, temos profissionais já nomeados e com vínculo no
313 CAU”. Ao que o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA redargui que, atualmente, com o
314 Estatuto das Cidades, só se faz alterações no Plano Diretor através de audiências públicas.
315 Mas ressalta que o importante para o Conselho é que, quando houverem estas audiências, os
316 profissionais se mobilizem para contribuir: “Também encaminhar ofícios às Prefeituras e
317 ocupar lugares dentro das Comissões de Planejamento”. E cita o exemplo do Município de
318 Cascavel, em que o Coordenador desta Comissão é um Engenheiro Civil, representante de
319 entidade mista. O Conselheiro BRUNO SOARES MARTINS acresce que, na sua opinião, os
320 Conselheiros devem persistir junto aos órgãos competentes para ter representatividade. E
321 para tal, o Conselheiro LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA acredita que a Comissão de
322 Exercício Profissional pode fazer algumas consultas às instituições públicas e privadas que



323 tenham envolvimento com a atuação do Arquiteto e Urbanista: “Eu acho que seria uma boa
324 alternativa para o Conselho uma representatividade junto com as Instituições Jurídicas de
325 Direito Público, assim, acredito que o CAU possa se fortalecer”. Parafraçando o Arquiteto e
326 Urbanista Miguel Pereira, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE cita que: “É
327 importante que os Arquitetos façam política, senão os políticos vão fazer Arquitetura”.
328 Segundo ele, os profissionais de área têm preconceito em relação a organizações partidárias
329 institucionais, porém, esta organização é necessária, pois os políticos estão fazendo
330 Arquitetura. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que as Câmaras são
331 compostas por profissionais que representam entidades organizadas, institucionalizadas por
332 Lei, e que, infelizmente na maioria destas, as regulamentações são anteriores ao CAU. Daí o
333 fato do Conselho não estar representado em todos os Municípios: “Então, é muito
334 importante que cada um de nós, Arquitetos, possamos conversar com algum Vereador e
335 solicitar uma Emenda na Lei que possa dar espaço para aos nossos profissionais, ou para o
336 Conselho, no caso. Em Curitiba, o Prefeito Gustavo Fruet, em compromisso de campanha,
337 alterou a composição da Comissão de Urbanismo, incluindo o CAU/PR logo nos primeiros
338 meses da sua gestão, através de um Projeto de Lei”. Por fim, o Presidente JEFERSON DANTAS
339 NAVOLAR agradece as colocações e, diante a concordância do Conselheiro Titular NESTOR
340 DALMINA em participar como Assessor Parlamentar do CAU/PR, coloca em votação sua
341 representatividade para um mandato de três anos, o que é acordado por todos.-----.

342 **5 Assessoria das Câmaras Técnicas.**-----.

343 Em relação às Câmaras Técnicas, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR propõe a
344 apreciação do Plenário quanto à necessidade de contratação de um Assessor para as
345 Câmaras Técnicas. Lembra que existem ainda cerca de trinta vagas a serem preenchidas e o
346 Conselho Estadual quer honrar este compromisso até o fim do mês de fevereiro, quando
347 deverá ocorrer a Conferência Estadual para eleição das Coordenações Regionais. Assim
348 sendo, coloca o imperativo de se nomear uma Assessoria permanente para tal. O Presidente
349 sugere o nome do Jornalista José Fernando da Silva para ocupar o cargo, visto que ele
350 acompanhou todas as audiências, prestando, até então, assessoria ao CAU/PR, por meio de
351 um contrato de prestação de serviços. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS
352 pondera que talvez haja a necessidade de se pensar em uma alteração na regulamentação
353 das Câmaras Técnicas para o preenchimento das vagas remanescentes. Ao que o Presidente
354 JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que a intenção foi de “horizontalizar” o máximo
355 possível as representações para que o Conselho não ficasse concentrado nas cidades-polo
356 das Regiões do Estado. Propõe, ainda, que, tão logo o Conselho disponha aos Conselheiros a
357 listagem das vagas restantes, os mesmos retornem com um indicativo do Plenário. E propõe:
358 “Findo o prazo do Regimento, com os critérios preestabelecidos de vagas por Município, a
359 Plenária autorizaria que as demais vagas possam ser preenchidas pelos Arquitetos e
360 Urbanistas interessados, no prazo de quinze dias. O Regimento das Câmaras Técnicas
361 existente seria, então, adaptado, talvez com um anexo/adendo. Um texto de leitura rápida,
362 encaminhado aos Conselheiros enquanto notificação, com o objetivo de facilitar a conclusão
363 das indicações para as Câmaras Técnicas”. O que é acordado por todos. Neste sentido, o
364 Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL solicita que a relação das vagas seja enviada com
365 urgência, para que os Conselheiros possam fazer suas indicações. Em seguida, o Conselheiro
366 Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE manifesta-se a respeito da contratação do Jornalista
367 José Fernando da Silva, afirmando que, no seu pensar, esta contratação é muito bem-vinda. E
368 justifica: “Eu acho que o que falta para a Arquitetura Brasileira é texto. No sentido de que nós



369 temos que colocar nossas ideias por escrito, temos que ter uma argumentação escrita para
370 comprovar a Juízes, para o Judiciário, para a sociedade, aquilo que nós fazemos. E, muitas
371 vezes, nós sabemos porque somos diferentes dos Engenheiros, mas não sabemos explicar. A
372 gente faz diferente, mas onde está a nossa argumentação para mostrar que somos
373 diferentes? Essa argumentação, de certa maneira, não existe, ela é uma coisa meio inócua.
374 Por exemplo, quando eu penso no que Lúcio Costa dizia que *a Arquitetura é feita para*
375 *enfrentar as intempéries, as tempestades, a chuva*, é lindo, mas serve para que uma definição
376 dessas? Quer dizer, a gente vai levar este argumento para o Juiz. [...] Então, é disso que
377 precisamos. E que venham mais Jornalistas, que venham escritores e, aí sim, talvez em uma
378 geração, a gente consiga ter um encontro doutrinário que defina tudo isso”. O Presidente
379 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece ao vice-presidente, colocando em votação a
380 contratação do Jornalista José Fernando da Silva, em regime de livre provimento, para dar
381 prosseguimento às atividades das Câmaras Técnicas. E a contratação é aprovada por
382 unanimidade, encerrando-se a matéria em questão.....

383 **6 Caderno CAU/PR 2015.....**
384 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR exhibe aos novos Conselheiros o Caderno de
385 apresentação do Código de Ética e Disciplina do CAU, destacando ao Plenário que a primeira
386 tiragem foi de 6.000 (seis mil) exemplares. Devido a sua boa aceitação, a proposta para 2015
387 é de uma nova tiragem, “Edição 2015”, em novo modelo. O Assessor de Comunicação
388 informa que, anteriormente, o custo unitário foi de R\$14,00 (quatorze reais), o que deve dar
389 uma base de cálculo para as novas unidades. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO
390 indaga qual foi o critério de distribuição dos Cadernos, adotado na tiragem passada. Ao que o
391 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que foram vários, tais como os escritórios
392 regionais, escritórios de profissionais diversos, órgãos públicos, Fórum dos Presidentes,
393 Conselheiros Federais e outros. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO propõe que, se
394 aprovada a nova tiragem, esta seja distribuída também pelos Correios, para que todos os
395 Arquitetos e Urbanistas inscritos no CAU/PR possam recebê-la. O Presidente JEFERSON
396 DANTAS NAVOLAR esclarece que para tanto que a nova edição deve ser maior - de 6.000 (seis
397 mil) para 10.000 (dez mil) exemplares - visto o número de registros no CAU/PR. O
398 Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES propõe que seja incluída uma mensagem
399 de abertura do novo mandato, convidando os profissionais à participação. O que é acordado
400 pelo Conselheiro RONALDO DUSCHENES, mas com um texto *inserido* no próprio Caderno, e
401 não independente a este. Também o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO sugere a
402 inclusão do Calendário de Plenárias, e o Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA
403 SILVA a abertura de um Concurso para a nova edição. Sobre este último, o Presidente
404 JEFERSON DANTAS NAVOLAR responde que não há tempo hábil para sua realização. Assim, o
405 Conselheiro Titular NESTOR DALMINA menciona que o Caderno de 2016 deve ser
406 desenvolvido em 2015, para que esta alternativa seja viável. Há um pequeno debate entre os
407 Conselheiros sobre a formatação do Caderno e, por fim, fica acordado de que o Assessor de
408 Comunicação deverá fazer a tomada de preços do material a ser executado - que será
409 encaminhado via *e-mail* aos Conselheiros. Por fim, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
410 coloca em votação a nova edição do Caderno, segundo as observações dos Conselheiros:
411 envio a todos os profissionais inscritos no CAU/PR - via Correios - número maior de tiragem,
412 texto de apresentação, conteúdo programático do CAU, imagens das Regionais, Calendário
413 de Plenárias. E a mesma é aprovada por unanimidade.....

414 **7 Referendo calendário 2015; Definição das cidades para Reuniões Plenárias.....**



415 A partir do Calendário de Plenárias de 2015 aprovado segundo o Regimento Interno, na
416 última Reunião de 2014, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR propõe algumas
417 alterações para sua viabilidade. Assim sendo, apresenta em tela o Calendário aprovado
418 (Anexo II), lembrando que foi quase unânime a manutenção das segundas-feiras e terças-
419 feiras para a realização das Reuniões. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular RONALDO
420 DUSCHENES cita a proximidade da Reunião de Fevereiro com o Carnaval, o que pode
421 comprometer o seu quórum. Há um debate sobre tal e fica acordado que a mesma deve ser
422 adiantada para os dias 09 e 10 de Fevereiro, ao invés dos dias 23 e 24, como anteriormente
423 aprovado. Sobre as Plenárias nos Municípios do interior do Estado, o Presidente JEFERSON
424 DANTAS NAVOLAR informa que o deslocamento dos Conselheiros de Curitiba, geralmente, é
425 feito segunda-feira pela manhã, enquanto que a Reunião das Comissões é realizada no
426 período da tarde. Comunica que sempre há um evento/encontro com os Arquitetos e
427 Urbanistas e Entidades de Classe da Região, à noite e, por fim, a Reunião Plenária realiza-se
428 na terça-feira, pela manhã, com retorno marcado para a tarde do mesmo dia. O Conselheiro
429 Titular BRUNO SOARES MARTINS reforça que o Calendário apresentado não tem muito como
430 ser diferente, “pois o CAU/PR não tem como atender a todas as Regiões, nem todas as
431 cidades, isto é indiscutível. Diante disso, o que podemos criar, talvez, seja um evento, e que
432 possamos reproduzi-lo no mesmo *formato* em todas as Regiões não contempladas pelas
433 Plenárias. Isto posto, para que haja também uma padronização destes eventos com os
434 profissionais, porque fica muito do interesse local. Que ele se estenda, então, a outras
435 cidades que, não necessariamente, realizem-se as Reuniões Plenárias, para que o CAU/PR se
436 faça presente”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece a sugestão, lembrando
437 que o CAU/PR já participa de mais de 20 (vinte) Conselhos Municipais, e que os convites são
438 constantes. Porém, a partir da aprovação das datas propostas, o Conselho Estadual pode
439 ainda organizar um segundo calendário, que é o Calendário de Eventos, para atender a esta
440 demanda levantada pelo Conselheiro. O Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA
441 FILHO solicita que seja criada uma Comissão de Acessibilidade dentro do Conselho para dar
442 maior destaque ao tema e estar apto a disponibilizar informações, quando solicitado por
443 órgãos públicos, profissionais ou, até mesmo, a ofertar cursos técnicos a respeito. Ao que o
444 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que o tema está contemplado no programa
445 das Câmaras Técnicas, como prioritário. O Conselheiro BRUNO SOARES MARTINS destaca a
446 importância de se estabelecer parcerias com as demais entidades relativas a Arquitetura e
447 Urbanismo nos eventos e Câmaras Técnicas promovidas pelo Conselho Estadual. Ao que o
448 Conselheiro Titular CARLOS HARDT lembra que o CEAU faz parte da Legislação do CAU/PR e,
449 assim sendo, seria interessante apresentar um Extrapauta na próxima Reunião Plenária “para
450 que se possa fazer uma exposição do que é o CEAU, qual o seu objetivo e as entidades que o
451 compõem: IAB, ASBEA, ABEA, ABAP e FNA. São as cinco entidades nacionais que formam uma
452 Comissão de Assessoria ao CAU Nacional e que deverão fazer o mesmo papel em nível
453 Estadual. E, quando instalado, o CEAU poderá realizar suas reuniões concomitantemente com
454 as nossas Plenárias, como uma forma de divulgação, nas cidades do interior do Estado”. O
455 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR afirma que a instalação do CEAU/PR já é um
456 compromisso firmado em Plenária, colocando em votação as datas e cidades propostas para
457 as Reuniões de 2015 do CAU/PR (Anexo III): 1) Março: Guarapuava, dias 30 e 31; 2) Maio:
458 Londrina, dias 25 e 26; 3) Julho: Cascavel, dias 27 e 28; 4) Setembro: Foz do Iguaçu, dias 28 e
459 29; Novembro: Maringá, dias 23 e 24. O Calendário com a definição das cidades onde
460 realizar-se-ão as Reuniões Plenárias é aprovado por unanimidade.....



461 **8 Admissão dos Concursados**.....
462 Sobre a admissão dos Concursados, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que
463 houve uma paralização no chamamento dos profissionais em virtude das eleições gerais do
464 Brasil, em nível Nacional. Explica que os Gerentes e Assessorias do CAU/PR são os
465 responsáveis por esta convocação, e esta deve ocorrer “em etapas”. Os primeiros chamados
466 devem ser os 6 (seis) funcionários do CAU/PR que passaram no Concurso e já estão
467 cumprindo os prazos legais de demissão e logo deverão ser readmitidos como concursados. A
468 segunda etapa, explica, deve realizar-se ainda em Janeiro, para os cargos de Atendentes e
469 Assessoria de Imprensa. De acordo com o Presidente, a aprovação do Plano de Cargos e
470 Salários, em Dezembro, demonstrou ser peça fundamental no estabelecimento das relações
471 com os concursados: “A de saber exatamente quais são as suas atribuições ao assumir o
472 cargo de funcionário no CAU/PR”. Estas substituições funcionais devem ainda estender-se até
473 o mês de Abril. Também o Arquiteto e Urbanista Walter Gustavo Linzmayer deve apresentar
474 um Plano de Fiscalização para o CAU Paraná e colocar a juízo do Plenário para definição das
475 atribuições neste setor e embasamento do número de profissionais concursados a serem
476 chamados. Conclui, informando que há uma Comissão estabelecida para estas convocações e
477 organização deste quadro funcional, definida pela Assessora Jurídica do CAU/PR, Cláudia
478 Cristina Taborda Dudeque, o Gerente Geral, Nilto Roberto Cerioli e o Conselheiro BRUNO
479 SOARES MARTINS.....

480 **9 Comissão Sede Própria**.....
481 Abrindo o debate sobre a possível aquisição de imóvel para Sede do CAU/PR, o Presidente
482 JEFERSON DANTAS NAVOLAR exhibe em tela a planta de localização da Casa Axelrud (Anexo
483 IV). Estabelece, assim, uma comparação entre a atual Sede - Casa Mario de Mari - e a
484 apresentada: “O imóvel que atualmente dispomos tem uma locação ainda por mais três
485 anos, um contrato longo, em virtude do investimento que fizemos. Apesar de constituir uma
486 UIP - Unidade de Interesse de Preservação - com projeto de Carlos Bratke, estava em real
487 ameaça de demolição. Judicialmente, a família já havia conquistado o direito de demolir o
488 imóvel. Quando o CAU/PR demonstrou interesse, a Procuradoria do Estado, junto a
489 Prefeitura Municipal de Curitiba, determinou que se cumprisse a Lei. Parte da família recuou
490 e o imóvel está preservado. Acredito que, com as iniciativas que se tomaram *a posteriori*,
491 inclusive da Prefeitura, este imóvel não corre mais risco de demolição. O CAU/PR foi
492 presença fundamental nessa reversão. Mas o que interessa é que a casa, para nós, já está no
493 limite de uso, a hora que começarmos receber os novos funcionários ela vai ficar pequena.
494 Sobre a Casa Axelrud, exposta em tela, o Presidente comenta: “Quando iniciamos a
495 negociação com o proprietário, ela não estava à venda, estava para locação. Solicitamos,
496 assim, avaliações de empresas contratadas para chegar a um valor de mercado, negociamos
497 com ele várias vezes e a casa foi, finalmente, alugada por um restrito tempo”. Neste sentido,
498 o Presidente coloca que o CAU/PR tem a opção de negociar, atualmente, estes dois imóveis,
499 para a instalação da nova Sede, ressaltando suas características primordiais. E propõe que o
500 Plenário aprove a renovação da Comissão Temporária da Sede do CAU/PR, para conduzir
501 uma análise mais detalhada dos dois imóveis, não descartando a ideia de que os dois possam
502 ser utilizados para a composição do CAU/PR - uma enquanto Sede Plena, e outra como a Casa
503 do Arquiteto. Destaca, ainda, que a Assessoria Jurídica do Conselho Estadual está preparada
504 para auxiliar nas negociações e que o CAU/PR dispõe de condições financeiras para a
505 aquisição do imóvel. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA
506 DUDUEQUE indaga sobre o imóvel da Rua Luiz Xavier, em discussão nas últimas Plenárias. Ao



507 que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra aos Conselheiros de segundo
508 mandato, e esclarece aos novos, que o imóvel em questão localiza-se em frente à Boca
509 Maldita, ao lado do Banco HSBC, tem três pavimentos e é espólio da família Knopfholz: “Sem
510 dúvida, colocar o CAU/PR na Boca Maldita é uma ação política forte. O Plenário nos autorizou
511 a participar do Leilão Judicial, contratamos uma avaliação para nos dar um parâmetro de até
512 onde poderíamos ir, mas o leilão foi cancelado por iniciativa da família”. A Assessora Jurídica
513 Cláudia Cristina Taborda Dudeque complementa: “O leilão foi aberto em Julho com lance
514 inicial de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais). O administrador da massa
515 falida entrou na Justiça, alegando que todos os imóveis estavam subavaliados e pediu
516 judicialmente uma nova avaliação. Ele ainda continua suspenso, dizendo que, em breve, vai
517 cair essa suspensão, mas já está sinalizado que o valor inicial de lance já está em R\$
518 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Então, até transitado, em julgado, quando ele voltar a
519 Leilão, ainda pode subir a mais que o valor inicial”. Os Conselheiros debatem sobre as
520 questões importantes a serem consideradas nos três imóveis, tais quais: Simbologia e
521 Arquitetura, relação custo-benefício, Legislação Urbana, ampliação futura, infraestrutura
522 necessária, possibilidade de abertura de Concurso de Arquitetura, estudo de viabilidade,
523 potencial construtivo e demais. Sem mais manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS
524 NAVOLAR enfatiza a necessidade de se renovar esta Comissão Temporária para a Nova Sede
525 nesta primeira Reunião, anuindo com a solicitação do Conselheiro Titular BRUNO SOARES
526 MARTINS, que se pronuncia: “Que este plano não se concretize apenas no último ano, que a
527 gente possa, pelo menos, desfrutar dessa aquisição por um longo tempo durante o nosso
528 mandato”. Por manifestação dos Conselheiros fica assim composta a Comissão: Conselheiros
529 Titulares ORLANDO BUSARELLO, GIOVANNI GUILHERMO MEDEIROS, RAFAEL GIMENEZ
530 GONÇALVES, Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES e o Presidente
531 JEFERSON DANTAS NAVOLAR.....
532 **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON**
533 **DANTAS NAVOLAR, agradece aos Conselheiros presentes e, às dezoito horas do dia 12 de**
534 **Janeiro de dois mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de Nº 40 (Primeira de 2015) do**
535 **CAU/PR.** Para constar, eu, Arquiteta e Urbanista MÔNICA DE LACERDA GOMARA, Assistente
536 de Plenária do CAU/PR, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s
537 Senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas páginas e,
538 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.-.-.-.-

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

MÔNICA DE LACERDA GOMARA
Assistente de Plenária CAU/PR
CAU A97504-4

- Anexo I - Composição Comissões Permanentes;
- Anexo II - Calendário de Plenárias de 2015;
- Anexo III - Definição das cidades para Reuniões Plenárias no interior do Estado;
- Anexo IV - Planta de Localização da Casa Axelrud.